

IV. Cidadania e saúde

conflito entre interesses agrícolas e ambientalistas nas localidades rurais de Nova Friburgo, Rio de Janeiro

Brani Rozemberg

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MINAYO, MCS., and COIMBRA JR, CEA., orgs. *Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 708 p. ISBN 85-7541-061-X. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

29. CONFLITO ENTRE INTERESSES AGRÍCOLAS E AMBIENTALISTAS NAS LOCALIDADES RURAIS DE NOVA FRIBURGO, RIO DE JANEIRO

Brani Rozemberg

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O trabalho rural e o *ethos* dos grupos que a ele se dedicam são conhecidos muito superficialmente por outros setores da sociedade. Interpretações estereotipadas e/ou ideologizadas dos habitantes das vastas áreas rurais do país são comuns e se devem em parte à inserção marginalizada e desfavorável desses grupos na sociedade como um todo e numa economia de mercado mais abrangente. Os estereótipos em torno do homem do campo, nos últimos 40 anos, pouco se distanciaram do personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato, interpretado por Mazzaropi, preguiçoso, desconfiado, inapto para cooperar, sem iniciativa, desorganizado e avesso às mudanças e às benesses sociais trazidas pelo 'progresso'. A desvalorização, expressa no preço pago pelos frutos do trabalho rural, se estende às representações sociais do modo de vida e da cultura desses grupos.

A grande imprensa e a mídia pouco contribuíram para fazer avançar o conhecimento público desse segmento, profundamente integrado à vida nacional, por seu papel na produção de insumos, alimentos e matéria-prima para indústrias. Ainda que, nas últimas décadas, um grande número de telenovelas tenha tratado o universo rural como pano de fundo, nele contextualizando suas temáticas erótico-românticas, estas culminavam com a ascensão social individual dos personagens, sempre para fora do espaço e do estilo de vida rural. Pouco se diz sobre os que permaneceram no campo, entendido ainda hoje pelo senso comum como cenário bucólico, onde se encontram plantas e animais a serem preservados para as gerações futuras. Os programas de TV sobre a preservação ambiental também evidenciam essa dificuldade em incluir o ponto de vista do 'homem do campo' na temática ambientalista, reforçando a dicotomia entre 'mundo natural' e 'mundo humano'.

Quanto à produção científica encontrada na área da saúde, que de alguma forma tangenciava o universo do trabalho agrícola e das práticas sociais rurais, na grande maioria dos casos era extremamente técnica e raramente incluía a questão da cultura e dos valores humanos,

exceto quando para apontar comportamentos e estilos de vida insalubres, como obstáculo ao controle de doenças e à promoção da saúde.

Encontramos também na literatura da área da saúde as produções da sociologia e antropologia rural de orientação norte-americana, que sistematizaram razoável quantidade de dados sobre as práticas e sobre o trabalho rural, porém ainda estigmatizando a cultura das populações rurais como ‘obstáculo’ às metas dos programas. A tônica era o melhor conhecimento dos interesses, valores, conhecimentos e práticas rurais, para melhor implementação de ‘seus próprios’ projetos de intervenção sobre essa realidade. Para Stone (1992), existe ainda uma outra vertente entre as publicações dos programas de promoção em saúde. Ela é representada pelos programas que se opõem à visão da ‘cultura como obstáculo’ e que passam a encarar a cultura como ‘recurso potencial a ser usado para o desenvolvimento’, ou seja, como ‘aliada’. Mesmo assim, marcados pelo etnocentrismo, seus adeptos também acreditam centralmente na superioridade e na verdade inerente à medicina e à educação moderna.

Em outras publicações, o universo do homem do campo era discutido pelo ângulo das desigualdades historicamente constituídas entre classes sociais. Apresentavam argumentos em favor da justiça social, da equidade, do fortalecimento da cidadania, das lutas pelo controle social, dos esforços de implementação de práticas sanitárias não coercitivas e não planejadas verticalmente. Em termos de qualidade dos debates, merecem destaque as publicações do CPDA – Pós-graduação em Desenvolvimento Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ainda que suas contribuições sejam valiosas, também esse grupo de publicações pouco incluía o ponto de vista do trabalhador rural sobre a sua experiência. Essa ausência pode ser exemplificada pelo uso dos termos ‘camponeses’ ou ‘campesinato’, desconhecidos dos trabalhadores rurais, que por todo o Brasil se identificam como lavradores ou agricultores.

Em relação especificamente aos estudos em saúde do trabalhador, também são escassas as pesquisas em grupos rurais. Apenas para exemplificar, um dos últimos congressos da Associação Brasileira de Ergonomia (Abergo, 1999), contava, entre os 180 trabalhos aceitos, com apenas três sobre trabalho rural: um sobre colheita canaveira, um sobre colheita florestal e outro sobre agrotóxicos. É impressionante o fato de a ergonomia se ocupar de categorias profissionais como ciclistas e pára-quedistas em detrimento do imenso contingente de “funcionários da enxada” (expressão cunhada por agricultores, mencionada em Gomes & Rozemberg, 2000) que em nosso país certamente representam importante grupo profissional vitimado pelas LER (lesões por esforços repetitivos).

Deixando de lado, no escopo deste texto, as questões emergenciais dos movimentos de trabalhadores sem terra, focalizaremos especificamente aqueles que nunca deixaram a terra onde nasceram, e que a cultivam por processo de agricultura familiar há várias gerações. A quem efetivamente interessam? Se ‘preocupam’ hoje com o trabalhador rural aqueles que, movidos por interesses econômicos, vêem as áreas rurais como mercado consumidor; políticos que pretendem se eleger; turistas, que dependam de seus serviços; e os ecologistas e ambienta-

listas, com projetos geridos no meio acadêmico ou no âmbito das inúmeras organizações, governamentais ou não, que pesquisam e/ou ‘pregam’ o ambientalismo. Como ocorre na área da saúde, também estes têm focalizado suas preocupações na conversão dos valores e interesses dessas comunidades, antes mesmo de conhecê-las.

INTRODUÇÃO E OCASIÕES DE COLETA DE DADOS

O presente texto resulta de uma imersão contínua no contexto analisado, na condição descrita por Minayo (1999:142) como a de “participante total”, aquela além da qual não há mais nada a não ser a absorção definitiva do observador pelo objeto de sua observação. Em 1999 passamos, na condição de moradores de área rural de Nova Friburgo, a trabalhar na Associação de Moradores de nossa localidade. Formalizamos nossas atividades de pesquisa com o projeto ‘Representações sociais do ambiente e do ambientalismo entre trabalhadores rurais’,¹ focalizando as relações entre núcleos discursivos distintos: os programas de saúde e ambiente, governamentais ou não, os novos moradores da área rural de Lumiar e adjacências, e os interesses de vida e trabalho dos agricultores. Aqui dedicamo-nos exclusivamente às questões relacionadas ao conflito de interesses e práticas agrícolas e ambientalistas, enquanto que os demais dados sobre as representações sociais do ambiente são trabalhados em outras publicações.

Estivemos avaliando estratégias de comunicação e níveis de participação em eventos e ONGs implantadas na região, verificando o significado dessas propostas para os trabalhadores rurais; sua percepção sobre as questões discutidas e os atores sociais envolvidos nessas iniciativas (Levyguard & Rozemberg, 2004). Em 2001 recebemos pesquisadores que realizaram entrevistas com agricultores sobre as condições de saúde e trabalho na região (Peres et al., 2004). Em 2002 passamos a integrar a Comissão Temática de Ambiente do programa DLIS de Nova Friburgo (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável), que atuava em área composta por 16 localidades rurais de Nova Friburgo: Lumiar, São Pedro da Serra, Benfica, Toca da Onça, Boa Esperança, Rio Bonito, Vargem Alta, Córrego Santa Margarida, Andorinhas, Alto do Schenk, Macaé de Cima, Gaudinópolis, São Lourenço, Santa Luzia, Bocaina e Campo do Coelho. O programa, parceria entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), promoveu encontros integrando as distantes áreas rurais, onde trabalhamos com os representantes comunitários e com os demais especialistas voluntários. A partir das reuniões do DLIS, agendamos uma série de entrevistas formais sobre as representações sociais do ambiente e conflitos de interesses entre agricultores e ações ambientalistas em 16 localidades de Nova Friburgo. Com isso ampliamos o universo desta pesquisa e ‘diluímos’ as chances de identificação das áreas onde ocorreram denúncias, preservando a identidade de nossos entrevistados, que serão tratados aqui apenas como ‘representantes comunitários’, ‘agricultores’, ‘neo-rurais’ (moradores locais provenientes de áreas urbanas) ou ‘associação de moradores’.

¹ Projeto que contou com apoio do CNPq entre março de 2000 e março de 2002.

O CONTEXTO EM ANÁLISE

Lumiar e adjacências estiveram praticamente isoladas por décadas. Foram colonizadas no início do século XX por imigrantes alemães e suíços, que até a década de 60 se deslocavam para Nova Friburgo apenas em tropas de burros por picadas na densa floresta, para a compra do querosene e do sal. Alheios às influências externas, famílias² como Klein, Bohm, Knupp, Thuller, Spitz e Schwenk persistiram em práticas agrícolas de base familiar, e apenas nas últimas três décadas contaram com “gente de fora” no local, o que resultou em choque entre valores (Gomes & Rozemberg, 2000).

O contexto de vida e trabalho dos pequenos produtores rurais de Nova Friburgo vem se modificando aceleradamente nos últimos anos. A desvalorização de seus produtos no mercado, acompanhada da elevação nos preços dos insumos agrícolas, vem levando muitos agricultores a buscar outras ocupações; porém, um contingente ainda expressivo vem acirrando o uso de suas competências já adquiridas, plantando mais para sobreviver, especializando seus cultivos ou, majoritariamente, investindo na criação de gado.

Atualmente, tais localidades recebem muitos veranistas e novos moradores (que chamaremos aqui de ‘neo-rurais’), que são alvo de inúmeros programas e iniciativas de preservação ambiental, e, mais recentemente, de turismo ecológico. Entretanto, a repressão/restrrição ao trabalho agrícola parece ter tido início apenas na década de 90:

Na primeira década que eu morei aqui tinha só as plaquinhas do IBDF: ‘proibido desmatar’. Repressão mesmo veio na década de 90. Resolveram aplicar o Código Florestal, o 4771, que não é modificado desde 1965. Aí começa uma divulgação da mídia, né? Tem que preservar! Tem que preservar! Aí foi totalmente injusto [com o agricultor]. A palavra é esta: injustiça. (Representante comunitário)

RADICALISMO VERDE

Uma das primeiras coisas que nos chamaram a atenção quando iniciamos um contato cotidiano na comunidade rural, na condição de moradores, foi a reação exacerbada de desconfiança que resultava de qualquer referência à beleza natural da região. Alguns vizinhos chegam a perguntar diretamente de que lado você está: se do lado deles (agricultura) ou da ‘natureza’. Quando questionados sobre tal animosidade, nos esclareceram sobre a atuação de “gente de fora” na denúncia ao trabalho agrícola:

(...) Às vezes as pessoas de fora, que não mora aqui, eles vão lá e fazem a denúncia. (...) Porque eles são gente que mora como turista entendeu? (...) Porque eles vivem de bom salário. Já o agricultor não! Ele tem que viver da terra. Do que tem. Tinha um rapaz aí [turista] que tava denunciando quem fazia roça, começou a ouvir várias ameaças. Se mandou. (Agricultora)

² Os nomes de nossos vizinhos constam quase todos, ainda que por vezes com grafia diferente, na obra de Jaccound (1999) entre as famílias de imigrantes suíços e alemães que vieram para o Brasil quando da assinatura do tratado de colonização por D. João VI em 1818, que culminou com a fundação de Nova Friburgo.

Em geral, o comportamento do veranista ou do novo morador é minuciosamente observado, de modo a se concluir de que lado ele está, se no da natureza ou no da agricultura, e em que extensão. As comunidades (ou arraiais) são muito pequenas, a identificação logo se dá e os que estão do lado da 'ecologia' são rapidamente estigmatizados. Foram vários os episódios relatados de animosidade em relação às denúncias, em casos extremos demonstrando o quanto veranistas desconhecem práticas rurais básicas.

Alguns interesses ambientalistas destoam das necessidades mais básicas de qualquer população. É o caso dos conflitos relacionados à instalação da luz elétrica e do asfaltamento das estradas principais e vicinais. Ainda que interfiram no *habitat* de muitas espécies vegetais e animais da Mata Atlântica, o asfalto e a luz são melhorias esperadas há muitas décadas por comunidades inteiras:

Tem veranistas que acham que não tem que ter asfalto nem luz, não podia ter telefone, não podeter nada! Eles estão fazendo muito em função deles mesmos, que vêm de 15 em 15 dias, uma vez por mês, de carrão. Não estão vendo que tem gente que mora lá, idosos que precisavam dum ônibus pra sair mais fácil. (...) Ou da luz para uso do nebulizador, uma terapêutica, que na época de inverno, todo mundo com pneumonia. (...) Eu chamo isso de miopia ecológica. (Neo-rural)

A REPRESSÃO AO TRABALHO AGRÍCOLA

Os entrevistados são unânimes em atribuir grande constrangimento aos trabalhadores devido ao impacto da repressão policial sem justificativa plausível, pois, segundo eles, até hoje a população não entende que, tendo a posse da terra e trabalhando-a para o sustento de sua família, passem a ser perseguidos justamente por isso.

Numa ocasião vieram quatro agricultores que corriam porque tinha um helicóptero passando. Então, quando estavam trabalhando na roça, corriam pra dentro do mato. É chocante o medo que eles sentem, uma insegurança, um medo. Aí teve pessoas tendo insônia etc. (Representante comunitário)

A região lá é muito distante de tudo. Aluz tem quatro anos, não tinha televisão (...) Então o pessoal é muito isolado mesmo. Eles têm um respeito à polícia muito grande. O contato que eles tinham com polícia era quando havia algum crime, um roubo. Aparecia polícia. E de repente a polícia vem pra cima deles que estão trabalhando? Isso eles não entenderam. (Representante comunitário)

Os agricultores se vêem injustiçados principalmente quando percebem que chegam pessoas de fora, sem qualquer vínculo com a terra, desmatam, fazem platôs, piscinas, abrem estradas e têm poder aquisitivo para pagar as multas que lhes forem cobradas e que, no entanto, quando vêem o agricultor trabalhando a terra, fazem denúncias. Os problemas ambientais criados por atores de outros estratos sociais recebem tratamento diferenciado. Tanto empresas quanto particulares apresentam outros meios para solucionar os conflitos sem traumas. Não só por seu poder aquisitivo, mas também por sua capacidade de negociar, de fazer valer o seu ponto de vista e as suas necessidades.

O problema da repressão ao trabalho agrícola tem sido freqüentemente abordado pelos agricultores em todas as ocasiões em que se pretende introduzir qualquer tema relativo às questões ambientais. Ele chega a ser impeditivo ao desenvolvimento de outros assuntos, por ser de máxima urgência e comprometer a sobrevivência das populações. Assim, o ‘problema do Ibama’ surgiu espontaneamente quando pesquisadores da saúde do trabalhador entrevistavam nossos vizinhos sobre problemas vividos no desempenho da agricultura. Nossos vizinhos entrevistados nos pediam garantias de que os pesquisadores externos não os denunciariam por reclamarem dos órgãos oficiais, ou pediam que se desligasse o gravador:

Tem aquele assunto. Se ela desligar [o gravador] eu vou falar. A gente fica com medo que ela pode dar alguma denúncia nesse negócio do Ibama. (Agricultora, 69 anos)

Problema também sério tá o negócio do Ibama. [Por quê?] Esse negócio de não poder mais derrubar as mata, fazer a roça pra plantar. (...) E aqueles que num tem estudo, num conseguiu, tem que fazer o quê? Lavoura, né? E aí o pessoal do Ibama... Eu num tô dizendo mal deles, sabe, não sou contra. Mas só que a pessoa depende de plantar aquilo. Limpar aquele pedaço, queimar. Aí, eles vêm, se você estiver fazendo uma rocinha, plantando feijão, eles te multa numa nota doída e você tem que parar tudo. Tem gente aí que tá tendo que deixar tudo, passar fome, ficar sem fazer nada. (Agricultora, 39 anos)

Atores externos parecem não levar em conta, por exemplo, a relação estreita dessas comunidades com a terra. Na realidade, a agricultura familiar não é uma profissão pela qual um indivíduo opta em qualquer momento de sua juventude ou ao se formar. É uma profissão dentro da qual se nasce. Considerando apenas as mulheres de nossa vizinhança, ‘todas’ relatam terem sido levadas para a roça com seus pais quando bebês. Ainda encontramos mães com bebês dentro de jacás (cestas de sapé) indo e voltando das lavouras. As primeiras lembranças dos agricultores, suas brincadeiras, sua biografia se misturam na memória com o aprendizado do trabalho agrícola:

Eu já me lembro eu já trabalhando (...) Meu pai e minha mãe ia pra roça, assim eles contava, que eles ia pra roça me levava eu junto, botava no jacá, eu pequenininha. Aí botava eu dentro do jacá, botava lá, escorada, no topo. Mamãe contava que um dia o jacá virou, eu rolei e aquela luta. E depois aí a gente vai aprendendo, né? Aí a cada dia a gente vai crescendo um pouquinho, que nem é a vida, e aí a gente vai vendo como é que o pai e a mãe fazia, e aprendeu a fazer igualzinho. (Agricultora)

Eu ficava dentro do jacazinho. Mandaram fazer um cesto desde um mês de nascido, eu fui criada dentro de uma roça mesmo, de manhã à noite. Eles fazia uma barraquinha pra mim ficar na sombra. (Faxineira, esposa de agricultor)

As evidências que reunimos sobre práticas e tradições agrícolas de Nova Friburgo demonstram que os agricultores têm prazer em se ocupar de suas roças e lavouras e que, mesmo com todas as dificuldades, preferem o trabalho ao ar livre e a autonomia de suas atividades originais. Diante de qualquer problema cotidiano, verificamos que o maior escape é sempre se refugiar na roça e sentir-se novamente autônomo e produtivo. Evidenciamos também que a região era densamente cultivada no passado, o que representava fartura e progresso, e os agricultores se orgulhavam de sua produtividade.

VISÕES ANTAGÔNICAS DA FLORESTA

Cenário de interesses diversos, o ‘interior’ é para o agricultor que nunca saiu dali ‘o único lugar concebível’ e, portanto, entre outras coisas é a fonte de sua subsistência. Para o veranista, é ‘um paraíso no meio do nada’, para o fiscal dos órgãos ambientais é ‘uma ocorrência atrás da outra’; para as inúmeras ONGs ambientalistas é ‘o que resta da Mata Atlântica’, para os políticos locais, ‘as bases’. Assim, um mesmo evento, seja ele qual for (uma queimada, um banho de rio ou uma reunião para formar nova ONG), só pode ser compreendido quando se considera a interpretação dos grupos e os significados a ele atribuídos. Segundo Duarte (1998), não existe garantia prévia de univocidade em qualquer ato humano, do mais banal ao mais sublime.

Considerando essa multiplicidade de perspectivas, um dos representantes comunitários relatou a ocasião em que constatou que, para os agricultores, a substituição massiva das vastas lavouras do passado por áreas de floresta ‘preservada’ representa declínio, destruição e fome. Constatação que impacta qualquer morador urbano:

Com o tombamento começou esse negócio de Mata Atlântica, Mata Atlântica, né? Pra você ver como a visão deles era uma visão diferente, observa só. Uma vez eu tava com seu Juvenal, que já é falecido, indo a Rio Bonito, aonde ele não ia há muitos anos. Aí, ele chegou no Rio Bonito e ele disse: ‘Puxa vida! O Rio Bonito ele acabou mesmo, né?’ Mas acabou. Puxa! Virou tudo em mata! Por que era tudo em mandioca, entendeu? Em Rio Bonito de Baixo e Toca da Onça todo mundo vivia da mandioca. (...) Porque vendia pra casa de farinha que tinha em Toca da Onça e tal, e hoje em dia não tem mais nada, acabou tudo. Proseu Juvenal ele fala isso: ‘Puxa, acabou né?’ Quer dizer, na visão do ambientalista seria: ‘Ah, que bom! Esta preservando a Mata Atlântica!’ Quer dizer, então, um conflito muito grande entre interesses mesmo. (Representante comunitário)

O DESMATAMENTO SELETIVO E OS CONHECIMENTOS AGRÍCOLAS TRADICIONAIS

Ainda que mais densamente cultivada, produtiva, e mais socialmente ativa do que nos dias de hoje, as evidências que reunimos permitem perceber que a região foi ocupada de forma criteriosa, seletiva, pelos agricultores, e que certas áreas foram sempre preservadas, seja pelo difícil acesso, pela posição do sol, pelo excesso de pedras, ou por ser fonte de madeira de lei para obras e ferramentas e área para extração de ervas e cipós para medicamentos, ou por outros fatores que levavam os agricultores a preservar áreas determinadas:

O Ibama ele não quer que corte um pau. Aí, como é que a gente vai fazer, se a gente precisa trabalhar? A gente vai prantar dentro do mato? Não tem como! A gente tem que roçar pra poder prantar. (...) Porque já tem, né, uns lugar mais fino (trancos finos) que a gente pode roçar, agora aqueles pauzão (trancos mais grossos), há 37 anos que a gente mora aqui já era igual agora. Tá lá, aqueles pau grossão! Já era lugar reservado de muitos anos, que ninguém mexia. (...) Dos antepassados que morou aí. Não só aí, em vários lugar, já tem esse pedaço de mato que é reservado. Se a pessoa quiser tirar um cabo pra ferramenta, acha lá naquele mato. Se a gente quiser tirar um cipó, acha lá naquele mato. Antes mesmo do Ibama, há 30 anos atrás ninguém cortou. (...) E se cortou, foi há muito, vamos supor, há 100 ano atrás, no caso. Igual lá na ruega, lá tem oito (área) também que nunca cortou, depois eu vou te mostrar. (Agricultora, 69 anos)

Os termos ‘ruega’ e ‘soalheiro’ representam áreas opostas em relação à posição do sol. Residências e lavouras são favorecidas nos soalheiros, enquanto as ruelas são geralmente áreas improdutivas e permanecem preservadas. A própria distribuição das localidades, dos povoados está associada com o conhecimento de seus colonizadores sobre as possibilidades de ocupação. Algumas áreas sempre foram preservadas. Lugares de difícil acesso chamados pelos agricultores de ‘terras frias’. Quando questionados, eles sinalizam as áreas geográficas onde, no passado, houve atividade agrícola. Existiam também preocupações com a distribuição sazonal tanto da atividade da caça quanto da prática agrícola. É o caso das técnicas de pousio, estratégia de recuperação do solo baseada no repouso da terra por dois ou três anos, até o estágio florestal de capoeira:

Agente deixa uma macega (...) que é uma capoeirazinha de dois, três anos. Depois disso você já vai tomar trabalhar naquele lugar, porque você vira o terreno, e já está produzindo ali de novo. (Agricultor)

Eu conheço uma senhora que fazia um pousio integrado com animais. Há poucos dias fui a um seminário sobre leite orgânico, e é onde os caras estão querendo chegar! E ela já fazia isso há quinze anos atrás aqui, entendeu? Depois de usar o solo com as roças ela deixava vim os brotos de capins, e aí ela levava para lá... umas vacas que ela tinha. Então era uma coisa assim, ela conversou isso comigo, falando: ‘Acho que vou conseguir; vou conseguir viver do sítio bem, com esse tipo de coisa que eu tô fazendo’. (Representante comunitário)

Observamos nesse depoimento a surpresa do entrevistado em constatar a sabedoria implícita no conhecimento prático da trabalhadora há décadas, e que apenas recentemente vem sendo descoberto (confirmado) em pesquisas técnico-científicas.

A situação criada com a repressão do trabalho agrícola é ainda mais contundente quando se reconhece que, em parte, foram essas tradições, conhecimentos e práticas que contribuíram durante tantas décadas para a preservação da região.

Então é o que se fala, né? Essa região está do jeito que está hoje em dia, com eles morando aqui há 150 anos, mais ou menos! (Representante comunitário)

É bom que a gente observe isso, que a comunidade das áreas rurais de Nova Friburgo, como São Pedro, Lumiar, Boa Esperança e adjacências são populações que preservaram a Mata Atlântica. (Representante comunitário)

Entretanto, o fato de Nova Friburgo ter sido preservada não pode ser relacionado exclusivamente ao seu modo de colonização, mas também à época de sua ocupação, sobre o que cabem alguns esclarecimentos.

A EXPLORAÇÃO TARDIA DE NOVA FRIBURGO

No início dos anos 1700, as regiões de Vassouras, Petrópolis, São Marcos e Pirai já tinham suas terras ocupadas, sobretudo por plantadores de café, enquanto a dos Sertões do Macacu, incluindo a região do Morro Queimado (corresponde atualmente a Nova Friburgo e Cantagalo), estava ainda praticamente intocada, quase toda por abrir. Segundo Jaccound (1999:86), reproduções de um mapa de 1767, atualizado em 1801, bem como todos os demais mapas

antigos sempre apresentavam toda essa região como um “Sertão ocupado por várias nações de índios brabos”. Para o historiador, inexistem registros de número de silvícolas, sua tribo ou nação, sendo raras as evidências, e ausentes os escritos antigos fazendo referência a índios que tenham vivido na área ocupada, hoje, por Nova Friburgo. A região, protegida por montanhas altíssimas, permaneceu inexplorada por não possuir pau-brasil, diamantes ou ouro, e não ser propícia para a cana-de-açúcar. Ainda segundo Jaccound (1999:41),

Os Sertões do Macacu (...) região que se expandia além do rio Paraíba, chegando às fraldas da Mantiqueira (...) até o ocaso do século XVIII, foi considerada território proibido porque o governo acalentava esperanças de, um dia, encontrar riquezas naqueles chãos. Como as províncias minerais das Minas Gerais, Goiás e Cuiabá, por suas extensões incomensuráveis, demandavam tremendo esforço para serem fiscalizadas (...) o governo pretendia resguardar aquela nova e extensa área para somente ser pesquisada e explorada mais tarde, quando fosse possível controlar a saída das riquezas que, porventura, ali fossem encontradas. Talvez por isso mesmo, interessadas em afugentar os aventureiros, as autoridades tenham propagado que aqueles sertões eram habitados por nações de índios hostis.

Foi essa a região escolhida por João VI para abrigar os imigrantes suíços (e posteriormente alemães) em 1818. Mesmo com a ocupação tardia, é importante considerar a parcela de mérito de preservação da Mata Atlântica relacionada com a forma de ocupação do espaço e com as tradições agrícolas desenvolvidas pelos colonos suíços e que persistem na cultura de seus descendentes, os agricultores de Lumiar e adjacências. Mas a partir da década de 90, com a aplicação da lei de proteção para a Mata Atlântica, os agricultores foram surpreendidos com a proibição de roçar suas terras que estivessem em pouso, subitamente consideradas “florestas em regeneração”, a serem preservadas.

O estudo de Diegues (2002) sobre o ‘mito da natureza intocada’ é interessante por evidenciar o quanto tem sido conservadora a abordagem adotada pelos planos de administração federal e de organizações não-governamentais. Tais planos levam em conta somente a interferência humana negativa sobre as áreas naturais protegidas, sem fazer a necessária ‘distinção’ entre os interesses econômicos ‘externos às áreas’ e as atividades daquelas populações ‘tradicionais’ que, em grande parte, foram responsáveis pela manutenção da diversidade biológica que hoje se pretende preservar.

O desconhecimento, por parte da sociedade nacional mais ampla, tanto das necessidades quanto das práticas e tradições agrícolas, e a conseqüente desconsideração da cultura rural no treinamento dos técnicos, bem como da imprensa na abordagem da temática, tem resultado em um tratamento punitivo e injusto contra o trabalhador rural.

EPISÓDIOS DE VIOLÊNCIA CONTRA O AGRICULTOR

O primeiro problema do agricultor aqui normalmente está quase sempre o Ibama, né? (...) porque o homem que trabalha na lavoura (...), pra você trabalhar, fazer sua produção, porque nós vivemos disso, de repente aparece gente do Ibama aqui. O homem do campo está sendo tratado quase como, pra dizer a verdade, quase como um bandido! (Agricultor)

Um episódio ocorrido no ano 2000 marcou a comunidade de Lumiar e serviu para acirrar a animosidade da população contra a fiscalização ambiental. O dono de um açougue, pertencente a uma família tradicional da região, foi espancado por fiscais do Ibama. Segundo os relatos sobre o incidente, o rapaz estava transportando um novilho ferido para sua casa em Lumiar, onde pretendia tratá-lo. Foi quando os fiscais do Ibama o viram. Segundo a agente de saúde que o socorreu, ele foi trazido todo ensangüentado:

(...) Ele tinha colocado o garrote em cima do carro, amarrado (...) Pra ele não tombar em cima do caminhão e não se machucar. (...) Aí o pessoal do Ibama tava no bar tomando cerveja em Lumiar e viram o garrote passando amarrado em cima do carro (...) Aí eles seguiram o cara (...) e acharam que tava judiando do animal. Praticaram aquela violência com o rapaz, né? (...) Aí ele [fiscal] falou assim: 'Você vai descer e vai se entregar?' Aí ele disse: 'Não, eu não vou me entregar, porque eu tô tratando do animal'. Aí, deram um puxão nele, de cima do carro pro chão e machucaram ele todo! Espancaram ele, derrubaram do carro pra baixo... E depois chutaram ele. Ele ficou com a coluna, assim, como é que se diz, a coluna cervical, praticamente quase quebrada. Ficou no hospital uma porção de tempo só usando aparelho uns seis ou oito meses. Ele não podia nem trabalhar. (...) Tiraram muito sangue dele. Foi uma violência brutal, e no quintal da casa dele, praticamente em casa. (Agente de saúde)

Outro episódio envolvendo humilhação, danos materiais e morais e espancamento é narrado por vários moradores, inclusive pela vítima, um senhor idoso que em julho de 2000 reuniu forças e, chorando, narrou essa experiência durante um evento público na ONG Ação Rural.

O Sr. O. [vítima] contou a história e os 500 lavradores aplaudindo... E o representante do Ibama, Seu R., rindo, na mesa conversando com o representante do governador; a ponto que nós tivemos que intervir e dizer: 'Olha, quem fez isso não foi nem nenhuma guerrilha, foram os agentes do governo estadual!' (...) Ele teve uma 'visita' do IEF, do Batalhão Florestal, dentro da casa dele, onde roubaram todas as economias dele, e as armas antigas e relógios que ele tinha pra decoração. E arrancaram os dentes de ouro dele com alicate. Ele tinha uma dentadura dourada. Os dentes dele foram arrancados com alicate, e ele foi transportado pro batalhão, espancado e depois solto de madrugada na serra, segurando as calças, que foram cortadas com uma navalha de cima em baixo. (...) Um caminhoneiro o trouxe até Mury, depois um outro deu uma carona até a casa dele. (Representante comunitário)

Seu O. é um homem trabalhador; ele trabalha com luz de lampião à noite, tem uma família grande, é avô. (...) Ele foi denunciado por uma pessoa que o visitou, porque ele tinha cachorro e umas espingardas velhas dessas de 'socar' pólvora pela boca (...) entraram na casa dele à noite, levantaram a saia da filha dele com um rille, pra procurar o trinca-ferro (pássaro), debaixo da saia da filha dele. (...) Ele contou, e a filha, que era noiva nessa época, perdeu o casamento porque foi desonrada, né? Isso daí é um dos casos mais gritantes. (...) Ele me disse que o dia que ele encontrar alguém que represente esse tipo de autoridade ele mata com a foice dele. Ele não faz isso, não tem a coragem nem os meios de fazer (...) O homem tá traumatizado até hoje. (Representante comunitário)

Inúmeros programas e iniciativas de promoção da saúde, preservação ambiental e, mais recentemente, de turismo ecológico, cujo declínio nos foi relatado, não agregaram a necessária

participação comunitária. As iniciativas frustradas de reunir a comunidade em torno dos supostos interesses locais necessitam investigação. A questão do sentido atribuído aos programas além de aspectos intersubjetivos que interferem nas 'ações rurais' costuma ser insuficientemente considerada por seus idealizadores. Iniciativas esporádicas e sem continuidade, conflitos de poder no interior dos grupos, falta de clareza de intenções, falta de evidências concretas que garantam o sucesso das estratégias propostas estão entre a constelação de fatores associados que levam à baixa credibilidade e à falta de participação comunitária nas iniciativas e projetos.

Com os dados deste artigo, acreditamos ter somado informações de outra ordem, muito mais graves, que estão implicadas na rejeição ao ambientalismo. Não só os interesses e valores da comunidade rural são negligenciados nos projetos que proliferam 'para' a região, mas, principalmente, é em nome da 'defesa do ambiente' que a população experimenta a falência, a ameaça da fome, a humilhação, a repressão e por vezes danos à sua integridade física. Existe ainda o problema das multas, outra fonte de tormentos:

É muita tragédia que eles têm vivido aqui. Eu acho que as menores multas é oito mil reais. As pessoas falam assim: nem minha lavoura toda, nem que eu venda um pedaço do terreno, vai dar pra mim pagar essa multa. E se não pagar, eles num pode vender um pedaço do terreno. E na falta [morte] dos donos do terreno, a família também fica com o terreno preso. (Agricultora)

Tem o caso de dois funcionários da prefeitura, hoje ganhando 200 reais lá por mês. Um é dono de seis alqueires, e o outro de quatro alqueires, ali perto da Toca da Onça. Antes, era produtor rural, com uma vida organizada (...) Desistiu! (...) Tentaram aplicar neles uma multa de quatro mil reais. Esse valor é um resultado econômico que ele não tem em um ano de trabalho (...) E depois abaixou pra 800 reais... Eles, indignados pararam a produção rural. O sítio tá no mato. E o mesmo fiscal, segundo eles, já levou dois compradores da cidade pra comprar o terreno deles, pelo preço da multa [riso]. E disseram: se você vender [seu sítio] pro meu amigo, eu tiro a multa etal, e você fica com o dinheiro. (Representante comunitário)

Assim como nesse depoimento, outros dois representantes comunitários crêem que a questão das multas por vezes envolve corrupção dos agentes de órgãos públicos. Ainda que os entrevistados dirijam suas críticas aos órgãos públicos, são atores isolados no nível local que parecem estar praticando arbitrariedades contra a população rural. Em nenhum momento imaginamos que seja parte das políticas e projetos dos órgãos públicos o exercício da violência. Um dos representantes comunitários entrevistados tece uma hipótese sobre os quadros que atuam na proteção ambiental nas áreas rurais de Nova Friburgo, para tentar explicar tais ocorrências:

Porque o braço armado do Ibama e do IEF é o Batalhão Florestal. Que geralmente são policiais que, portarem uma péssima formação e atuação na polícia, o castigo deles é vir pro interior, onde eles não têm jogo de bicho, ponto de drogas pra acharar... Eles consideram isso aqui um lugar miserável. Então, é o castigo que se dá ao militar mal formado, corrupto, lá no Rio é mandar ele pra cá. Ele vem com toda violência, fazer um trabalho vingativo contra as populações locais. (Representante comunitário)

AUSÊNCIA DE AÇÕES EDUCATIVAS COMO CONTRAPONTO À REPRESSÃO

À parte as suspeitas de corrupção, e os registros de violência, o aspecto mais estarrecedor da repressão praticada na área é que não são oferecidas alternativas ao morador, seus hábitos e costumes são proibidos por vezes sem maiores explicações ou oportunidades para mudar de atividades. É a repressão pura e simples, sem valor educativo, como evidenciado neste depoimento relacionado à proibição de criar pássaros:

Quando o fiscal entrou dentro da casa do morador pra pegar um passarinho, (...) ele já tirou um revólver da cinta. (...) Isso foi o fiscal mesmo que me contou: eu tirei um 38. Resultado, esse senhor ficou extremamente traumatizado. É uma pessoa de uma saúde delicada (...) É uma coisa meio curiosa, né? Você vê um carro chegar com dois fiscais dentro e tal. Aí diz: 'Não pode passarinho!' E quebra a gaiola. Eu acho que pra você reprimir um problema de passarinho, não é assim. Não adiantou nada porque eles continuam criando (...) Tem passarinho que secantar bem, vale cinco mil reais, poxa! Trinca-ferro sobretudo, né? Então pra quem ganha 200! Sabe, é um problema! E o passarinho não se sabe que fim levou. Aí já começa a suspeita de que os fiscais vendem os passarinhos! Porque não tem uma explicação: 'Olha, eu vou pegar teu passarinho, ele tá preso, você pode ir lá verificar'. Ou então: 'Eu vou soltar e você vai comigo pra ver que eu tô soltando'. Não. Eles pegam e levam o passarinho. É injusto porque não botou nada no lugar. (Representante comunitário)

A nossa observação é que quando a pessoa sofre essa multa, enfim, essa ação repressiva, ela não recebe nenhuma ação educativa, nenhuma oportunidade de reparar ou de mudar a sua atividade. (Representante comunitário)

De modo geral, os representantes comunitários do projeto DLIS constatam a dificuldade de se impedir o trabalho agrícola sem oferecer qualquer opção alternativa:

De acordo com o Decreto 750, não regulamentado, (...) órgãos ambientais estão impedindo que as pessoas, pelo arbítrio deles, rocem os pastos, cuidem das lavouras existentes, enfim, exerçam aquele trabalho que os pais, os avós e bisavós fizeram. (...) e toda a legislação de proteção ambiental, interpretada por esses órgãos, gera êxodo, gera revolta. Não há uma alternativa de substituição desse meio de vida por outros. Não adianta chegar pra uma pessoa que não tem um curso, um treinamento, nem tem capital, dizendo: 'Olha, agora você não pode mais ter pasto, roçar o seu bananal, você vai ser dono de hotel'. Não existe isso! (Representante comunitário)

AS RARAS MANIFESTAÇÕES COLETIVAS CONTRA O AMBIENTALISMO

Foram relatadas duas únicas ocasiões, uma em Lumiar e outra em Rio Bonito, em que a população local teve um comportamento coletivo agressivo. Ambas se deram em eventos públicos, relacionados com o ambientalismo. Em uma delas a população ouvia já a terceira fala dos técnicos presentes e, como sempre ocorre, ouviam, em silêncio, sobre a criação de uma área de reserva. É importante destacar que a simples 'oferta de palavras' não costuma ter qualquer força de convencimento para o trabalhador rural. Apenas as evidências concretas têm essa capacidade de gerar interesse e motivar qualquer iniciativa de adoção de novos métodos ou estratégias de manejo ambiental ou geração de renda. É compreensível que sejam necessários resultados bastante plausíveis para modificar práticas centenárias. E mesmo assim, mesmo diante das evidências de sucesso das 'novidades' propostas, os agricultores tendem ainda a considerar os riscos de ruptura social ou de perdas econômicas envolvidos nas 'inovações'. De

um modo ou de outro, suas práticas tradicionais vêm mantendo sua reprodução social há várias gerações, e essa é a principal evidência concreta de que necessitam para reafirmar seus hábitos e preferências.

Por todas as evidências concretas de perdas e ameaças que o ambientalismo lhes rendeu, os agricultores que ouviam a fala sobre a criação de mais uma área de reserva, o Parque Estadual de Três Picos, já se encontravam revoltados, por continuar não aceitando que, tendo a posse das terras, não poderiam mais dispor delas como bem entendessem. Foi quando um pequeno deslize, um pequeno erro na fala do palestrante, serviu para desencadear todo um processo de catarse coletiva.

É uma comunidade que eu acho que, como outras vizinhas também (...) que abaixam muito a cabeça pra tudo. E foi a única vez que eu posso dizer que eu vi o pessoal revoltado. E se deixasse, ia... Sabe? Se não houvesse uns 'panos quentes', uma turma do 'deixa disso', eles iam até sair pra destruir muita coisa. Foi no encontro em Lumiar, lá que houve. (...) Foi uma catarse (...) Teve a fala do comandante do Batalhão Florestal, a fala do representante do IEF (...) e foi quando o representante do Ibama começou a falar e ele errou um pequeno detalhe técnico que era um detalhe de roçada. Porque aqui se faz a roçada com foice, e ele se referiu à roçada com fiação. Aquele foi a deixa que o pessoal queria pra começar a xingar; e ater um desrespeito que não faz parte do perfil deles (...) Mas nesse momento o pessoal começou a xingar: 'Ah, babaca! Ninguém roça de fiação! Sai daí! Cai fora! Você não entende de nada!' Olha, foi tanta gritaria, que o técnico do Ibama, ele ficou nervoso, começou a complicar o discurso dele, a fala, dizendo que ele era a favor do povo também, que ele foi representante em Brasília da CUT, não sei o quê. Ai ele misturou tudo que é canal e ficou um rolo danado. Ele tinha ido falar do Parque Estadual dos Três Picos, mas ele teve uma fala confusa, não foi compreendido. (Representante comunitário)

As deliberações sobre áreas de reserva e parques pegam de surpresa os moradores das áreas rurais. Segundo Diegues (2002), o Estado impõe sobre espaços territoriais, onde vivem populações 'tradicionais', outros espaços, tidos como 'modernos e públicos' (parques e reservas), de onde, por lei, necessariamente devem ser expulsos os moradores. Em um primeiro momento, esses atores sociais são invisíveis, e os chamados 'planos de manejo dos parques' sequer mencionam sua existência. Nas palavras de um neo-rural morador de Macaé de Cima:

Agente não morre nunca mais! Eu já sou tombado [a área é tombada], reservado [também é reserva florestal], protegido [a área tornou-se APA - Área de Proteção Ambiental] e agora, parqueado! [com o recém-criado Parque Estadual dos Três Picos]. As autoridades decidem tudo, com base em mapas. Eles abrem um mapa sobre a mesa e dizem: 'Ah! Aquiserá uma reserva!'. (Neo-rural)

É bem provável que se realizem levantamentos técnicos para deliberação de áreas de reserva, mas temos razões para crer que tais estudos não incluem aspectos antropológicos e subjetivos das populações residentes. Também Diegues (2002) afirma que até hoje, no Brasil, a avaliação de uma área a ser declarada unidade de conservação tem sido responsabilidade única dos cientistas naturais.

Como ocorre na área da saúde e provavelmente em outros campos de conhecimento, modelos e propostas são desenhados 'de fora pra dentro' em relação ao controle dos grupos aos

quais se destinam, e depois lhes são ‘apresentados’. Para Vessuri (1994), não se pode impor uma visão cultural, que é sempre moral, àqueles que não compartilham os mesmos pressupostos. Mesmo que aparentemente se ocupando de um mesmo tema, o ambientalista, o profissional da saúde, o técnico da área ambiental, o político e o lavrador são, em princípio, núcleos discursivamente distintos. Reúnem experiências, imaginários, saberes, racionalidades e expectativas distintos. Os processos de negociação e disputa de sentidos só se estabelecem no encontro de suas ‘diferenças’. Mas, como constatamos em outras pesquisas sobre programas e projetos em áreas rurais (Rozemberg, 1994, 1998, entre outros), quando as diferenças são negadas no etnocêntrico exercício da fala sem escuta, o encontro não se dá. E foi assim que, desconhecendo a existência de um ‘outro’ saber, um ‘outro’ conjunto de pressupostos e de interesses da população residente, os expositores no evento sobre a criação do Parque Estadual de Três Picos foram alvo de um rancor há muito acumulado contra o significado do ‘meio ambiente’ e suas conseqüências:

Então tudo isso vai gerando um rancor. (...) Quando você deixa um furo numa informação, eles se afirmam. (...) E falam: ‘Não, você não sabe de nada, tá vendo? Ó, tá vendo... Pô, você é igual a mim... Eu não sei do que você sabe, mas você não sabe do que eu sei, entendeu?’. (Representante comunitário)

Uma leitura possível desse episódio diz respeito à total desconsideração por parte das autoridades da vasta experiência do homem do campo quando o assunto é ‘ambiente’ (ainda que os agricultores não gostem do termo). É como se a população estivesse gritando: “Eu também tenho um saber”, e exigindo ser tratada como interlocutor e não como depositário de tantos discursos incompreensíveis, que resultam em coerções.

Infelizmente, nos programas e projetos, tudo se passa como se as propostas ‘em oferta’ fossem compreendidas e apropriadas por todos de maneira idêntica. Nas palavras de Neto (1999:5), “os sujeitos são unificados semântica e socialmente, como se estivessem fixados, material e simbolicamente, em torno de padrões universais”. Também Duarte (1998) nos alerta para o fato de que “o ser humano não está submetido a uma distribuição e organização do sentido única e imutável, como, aliás, acredita quase toda gente, imbuídos que somos de nosso etnocentrismo”.

A REVOLTA CONTRA O AMBIENTALISMO SE TRANSFORMANDO EM REVOLTA CONTRA O AMBIENTE

Um dos nossos compromissos ao realizar esta pesquisa foi o de dar visibilidade às conseqüências, no senso comum das populações agricultoras, da repressão da agricultura em prol da preservação ambiental. Quatro anos de observação de campo nos permitem afirmar a existência de um processo de transferência da revolta contra o ambientalismo para o ambiente. Em parte, isso se deve à necessária afirmação da agricultura e conseqüente sobrevivência do agricultor como mais relevante do que a de plantas e animais. Nas palavras de nossos vizinhos, que passaram a ter as espécies da Mata Atlântica como ‘competidores’ por nichos de subsistência, “Não é possível que agora a vida do trabalhador vale menos que a de um animal” (Agricultor).

Os representantes comunitários de outras localidades rurais por nós entrevistados parecem estar também cientes dos ‘efeitos colaterais’ do ambientalismo. É como se todo o esforço ambientalista estivesse promovendo resultados justamente opostos aos desejados. Como moradores dessas áreas, testemunhamos diariamente a revolta e a frustração sendo vertidas contra o ambiente.

A palavra ‘ambientalista’, protetor da natureza, hoje, representa inimigo do produtor rural, aquele que não tem meios de sobrevivência outros que não sejam a produção rural. A nossa tese é de que o arbítrio dado aos fiscais do Ibama, do IEF, e do Batalhão Florestal, que nem sempre conhecem a legislação aí, e as executam corretamente, cria condições para a corrupção, a violência e prestam o anti-serviço do que eles deveriam estar fazendo. É a contrapartida do lavrador; da pessoa que é acionada por um desses órgãos, é tocar fogo no terreno do vizinho, destruir a mata, num momento que ele sente que a fiscalização afrouxou, num intervalo de governo, ou qualquer coisa desse tipo. Nessa semana mesmo eu já tive que fazer uma representação na delegacia de polícia, porque meus vizinhos incendiaram os meus pastos, porque nós somos ambientalistas. (Representante comunitário)

A palavra ‘meio ambiente’ lá [na localidade dele], hoje em dia é xingamento, né? Então isso aí estragou o próprio meio ambiente, né? Você tentar trabalhar alguma coisa no meio ambiente fica difícil você reverter. (Representante comunitário)

É porque a natureza tá virando uma inimiga, né? A natureza... isso acho que requer um levantamento, talvez. Mas a natureza... Se bem que a gente não pode é generalizar. (Representante comunitário)

É evidente que não se pode generalizar, porém o fenômeno é digno de nota. Muitos agricultores, ao se verem na impossibilidade de agredir os ambientalistas ou fiscais que lhes causam danos morais e materiais, vertem esse ódio contra as espécies da própria Mata Atlântica, que, como vimos, são mais bem tratadas pelo poder público do que eles. Ou seja, a própria lei ambiental, tal como vem sendo executada, acaba merecendo, ela mesma, um estudo de impacto ambiental!

Então é essa ira que é vertida contra as plantas e contra as espécies mesmo, que sobraram da Mata Atlântica. (...) Houve casos em que as pessoas que lidavam com a natureza, de uma maneira até harmônica, fazendo uma caçada eventual, numa determinada época do ano etc., depois de um trauma da fiscalização, passaram indiscriminadamente a matar os animais como se fosse uma vingança contra o fiscal. E a tocar fogo nas matas. (Representante comunitário)

A impossibilidade de ‘meter a foice’ no agente repressor faz com que o ódio seja contra a natureza. (...) Qualquer área em pousio, em regeneração, é uma ameaça em potencial. Eles vão discretamente matando as mudas nobres e tudo mais que se o Ibama ver crescendo vai obrigar a manter vivo. Quanto mais rara e valorizada é uma espécie, mais necessário é que ela morra logo, para que a área seja ganha para a lavoura. (...) Árvore de madeira nobre, lontras, pacas, pássaros em extinção e toda forma de vida que a lei protege. Por isso que está tudo tão destruído aqui [na localidade dele]. (Neo-rural)

Depoimentos de agricultores afirmando tais práticas são difíceis de obter. Eles têm clareza da importância atribuída pela sociedade mais abrangente, ‘gente de fora’, ao ambiente. Mas quando a amizade se consolidou, um ex-agricultor vizinho nos confiou:

O medo do povo é não poder mais prantar, que vem a fome. Eles diz ‘não vamo deixar crescer árvore não, porque senão nunca mais derruba, aí nunca mais pranta, nunca mais come’. (Agricultor)

COMENTÁRIOS FINAIS

Uma das críticas feitas ao informe da Comissão Brundtland (WCED, 1987 apud Vessuri, 1994:203) foi o de que suas recomendações se referem “*al ambiente pero no a las maneras de quienes viven en el*”. Para Vessuri, o diagnóstico global feito pela referida comissão é adequado e eloqüente, mas depois de reconhecer que muito do que propõe só seria alcançável com uma quantidade substancialmente maior de fundos por parte das agências internacionais, ela não aprofunda propostas concretas para levantar tais fundos e simplesmente espera que as atitudes dos governos e dos cidadãos ‘mudem’.

Mas os governos das nações menos ricas se preocupam com seu futuro *status* econômico em relação ao dos ‘super-ricos’, e mesmo o novo governo brasileiro se orienta por uma idéia ultrapassada de desenvolvimento como crescimento do produto interno bruto. Como os padrões de produção e de consumo são incompatíveis com os recursos que o planeta tem condições de oferecer, e as preocupações distributivistas são pífias, parece inevitável, então, que os países pobres se tornem cada vez mais pobres, o que significa que suas condições de vida (o ambiente) se deteriorarão. Segundo Vessuri (1994:203),

O único consolo é que ocasionalmente alguns deles encontram uma maneira de manejar seus assuntos construtivamente, mas, se no processo de enriquecimento, julgarem necessário cortar alguns hectares de floresta primária, se descobrirá que as populações locais lamentarão muito menos que a Comissão Brundtland.

Se é válido para o enriquecimento dos países, isso também se aplica ao nível individual, pelo que cabe relativizar a afirmação de nosso vizinho agricultor, que coloca as práticas de desmatamento na região exclusivamente em termos do ‘medo da fome’. Está envolvida também a vontade de progredir e de acumular riquezas, seguindo exemplos da sociedade contemporânea aos quais tais grupos passaram a estar expostos e que passaram a integrar. E, ainda, a disputa por fazer valer seu próprio ponto de vista sobre o ‘ambiente’.

Assim, Diegues (2002) aponta a necessidade de se evitar uma visão simplista do “selvagem ecologicamente nobre” (Redford apud Diegues, 2002:23), pois nem todos os moradores rurais são “conservacionistas natos”, mas entre eles há populações tradicionais que armazenaram vasto conhecimento empírico sobre o funcionamento do mundo natural em que vivem. Para Diegues (2002), planos de manejo ambiental não podem mais ser objeto de imposição por cientistas e burocratas. Somente com a participação comunitária a biodiversidade e a cultura de uma região podem ser protegidas, mas isso exige flexibilidade, consultas contínuas e um diálogo constante com a população local, além da inclusão de cientistas sociais nas equipes de trabalho. O autor oferece alguns exemplos de programas que vêm sendo bem sucedidos nesse sentido.

O papel da antropologia nesses casos é o de oferecer informações para favorecer a negociação e a aprendizagem ‘mútua’ entre saberes, interesses e valores no que tange às questões ambientais. Segundo Vessuri (1994), se a investigação agrícola, por exemplo, ampliasse seu

foco, com incorporação da perspectiva antropológica, seria possível integrar experiências, soluções empíricas e contribuições criativas de populações com vasta experiência em agricultura de subsistência. Essa integração poderia resultar em fontes provedoras de alimento e de combustível, ou permitir o redescobrimto e adaptação de grãos e plantas antigamente conhecidas às necessidades atuais. Seria possível conhecer seus usos alternativos, métodos de conservação, secagem, triagem, suscetibilidades a doenças. Enfim, são múltiplos os caminhos de ampliação mútua e de integração dos conhecimentos e técnicas de manejo ambiental.

Os resultados aqui expostos demonstram que nas localidades rurais de Nova Friburgo nos debatemos na pré-história da proposta apresentada por Vessuri (1994), pois, além de não terem valorizados seus saberes agrícolas tradicionais, os próprios agricultores são violentamente reprimidos ao exercê-los. Por ausência de interlocução educativa, sequer têm acesso aos motivos globais do ambientalismo, que dirá ter o seu ponto de vista e os seus saberes considerados. E tudo em favor da preservação do ambiente. A concepção errônea de que os interesses da 'floresta' e os interesses do 'homem da floresta' possam ser separados revelou as conseqüências desastrosas de uma tal separação entre ambiente e cultura, que parece estar levando ambos mais velozmente à extinção.

AGRACECIMENTOS

À minha mãe, Nilza Rozemberg, promotora de turismo no Vale do Paraíba, pela riqueza de suas contribuições ao estudo. Aos representantes comunitários entrevistados, que partilham a angústia cotidiana de testemunhar 'ao vivo' a devastação da Mata Atlântica remanescente e dos conhecimentos ecológicos tradicionais de seus habitantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERGO. Anais do IX Congresso Brasileiro de Ergonomia. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ergonomia, 1999.
- DIEGUES, A. C. *O Mito da Natureza Intocada*. 4.ed. São Paulo: AnnaBlume, Hucitec, 2002.
- DUARTE, L. F. D. Pessoa e dor no Ocidente: horizontes antropológicos. *Corpo, Doença e Saúde*, 4(9):13-28, 1998.
- GOMES, A. A. & ROZEMBERG, B. Condições de vida e saúde mental na zona rural de nova Friburgo. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 20(4):16-29, 2000.
- JACCOUND, R. L. S. *História, Contos e Lendas da Velha Nova Friburgo*. Nova Friburgo: Múltipla, 1999.
- LEVYGUARD, Y. & ROZEMBERG, B. A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas de "nervos" no meio rural: uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxicos. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(6):1.515-1.524, 2004.
- MINAYO, M. C. S. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6.ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec, Abrasco, 1999.
- NETO, A. F. O indivíduo apesar dos outros. Modos de descrever, modos de construir. O mundo da recepção. *Relatório de Avaliação da Atuação dos IEC em Saúde*, 1999.

- PERES, F. et al. Percepção das condições de trabalho e a fragmentação da tradicional comunidade agrícola em Boa Esperança, Nova Friburgo/RJ. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(4):1.059-1.068, 2004.
- ROZEMBERG, B. Representação social de eventos somáticos ligados à esquistossomose. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(1):30-46, 1994.
- ROZEMBERG, B. Saneamento rural em áreas endêmicas de esquistossomose: experiência e aprendizagem. *Ciência & Saúde Coletiva*, 3(2):125-141, 1998.
- STONE, L. Cultural influences in community participation in health. *Social Sciences & Medicine*, 35(4):409-417, 1992.
- VESSURI, H. M. C. La formación en antropología ambiental a nivel universitario. In: LEFF, E. (Comp.) *Ciencias Sociales y Formación Ambiental*. Barcelona: Gedisa, 1994.